

Desmontando as críticas dos neoliberais

Rodrigo Avila – Economista da Auditoria Cidadã da Dívida - 16/3/2020

A Auditoria Cidadã da Dívida tem tido um grande sucesso na popularização do conhecimento do que denominamos “Sistema da Dívida”, mostrando como esse sistema é o responsável pelo sacrifício imposto à sociedade por meio do corte de investimentos sociais e contrarreformas (como a da Previdência) para que sobrem mais recursos para a dívida.

Mostramos também que o Sistema da Dívida tem avançado por meio de vários mecanismos fraudulentos, por exemplo: a contabilização de juros como se fosse amortização ou “rolagem”, e o esquema da chamada “Securitização de Créditos Públicos”, que está se tornando um modelo de negócio para desviar recursos que nem alcançarão o orçamento público.

Cada dia mais pessoas compreendem esse funcionamento perverso do Sistema da Dívida e a sua centralidade para esse modelo econômico, que precisa ser modificado. Essa conscientização tem incomodado algumas pessoas, que têm desferido ataques aos nossos estudos. Neste artigo, vamos mostrar o furo dos argumentos dessas pessoas que nos atacam, argumentos esses parecidos com os que já temos comentado - e desmontado - há anos no texto “Mentiras e Verdades sobre a Dívida – Parte 3”¹.

A Auditoria da Dívida está prevista na Constituição de 1988 (art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Aqueles que nos atacam dizem que a Auditoria Cidadã da Dívida não poderia utilizar esse fundamento porque a Constituição só fala em dívida “externa”, e atualmente grande parte da dívida é “interna”. Ora, todas as pessoas que estudam um pouco já sabem que grande parte da dívida “externa” foi paga com dívida “interna”. E com o livre fluxo de capitais, qualquer rentista – brasileiro ou estrangeiro – pode ganhar juros em reais, trocar imediatamente por dólares e mandar para o exterior. Até o Banco Central já inclui dívida “interna” dentro das estatísticas oficiais da dívida “externa”, já que parte da dívida “interna” é detida por estrangeiros.

Os que nos atacam dizem que a dívida “interna” não seria um problema pois o governo poderia emitir moeda e pagá-la. Dizem também que as operações de swaps (nas quais o Banco Central paga a privilegiados sigilosos a variação do dólar) também não seria um problema, pois o prejuízo é pago em moeda nacional. Ou seja, essas pessoas defendem que a dívida seja paga sem questionamento para os grandes bancos e investidores, aprofundando ainda mais a terrível concentração de renda no país. Dizer que o governo poderia emitir moeda e pagar a dívida ilegítima é tão grave quanto defender a liberação total da corrupção, das desonerações para os mais ricos, etc., já que tudo isso é pago com moeda nacional...

Tem pessoas que não enxergam que o Sistema da Dívida tem sido o maior responsável pelo rombo nas contas públicas, pela perda de direitos sociais e de patrimônio público. Essas pessoas ainda não entenderam que se for aprovado o esquema da

¹ <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/mentiras-e-verdades-sobre-a-divida-publica-parte-3/>

“Securitização”, nem orçamento público teremos, pois os recursos vazarão antes de chegar aos cofres públicos².

Em vez de defender o necessário controle de capitais, aqueles que têm nos atacado defendem o swap sigiloso que já foi questionado até em Representação do TCU³. Dizem que se o Banco Central não fizer swap teria que vender dólar das reservas, mais um pressuposto neoliberal que ignora a alternativa do controle sobre os fluxos de capitais.

Além de atacar nossos estudos, também fazem diversas acusações totalmente contrárias aos nossos posicionamentos, como, por exemplo, dizer que a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) defende austeridade fiscal (!) Defendemos auditar a chamada “dívida” para interromper os mecanismos fraudulentos e possibilitar a destinação de mais recursos para as áreas sociais.

Quando falamos em auditoria aqueles que nos atacam dizem que defendemos o “calote”. Eles é que falam em calote. Nossa bandeira é a auditoria. Esses que nos atacam estão defendendo a continuidade eterna dos pagamentos de dívidas nulas, esquemas corruptos, ilegais e ilegítimos; estão defendendo os interesses do sistema financeiro nacional e internacional, que são os maiores beneficiários do Sistema da Dívida.

Outro dado que mostra a falta de conhecimento daqueles que nos atacam é a afirmação de que a dívida é feita para não ser paga. Desconhecem que a dívida está sendo paga sim! Produzimos R\$ 1 trilhão de superávit primário em 20 anos para pagar a dívida e mesmo assim ela explodiu por conta dos mecanismos fraudulentos (juros elevadíssimos, prejuízos de swap, remuneração da sobra de caixa dos bancos etc.). Temos pago a dívida de várias formas, com entrega de patrimônio e sacrifício social com as contínuas reformas que tiram direitos sociais para sobrar mais para a dívida.

Dizem que a dívida não é paga com impostos, mas somente com nova dívida, mostrando completo desconhecimento dos dados. Em primeiro lugar, parte expressiva da dívida é paga com recursos que nada tem a ver com novos empréstimos, conforme mostrou a Auditoria Cidadã da Dívida em seu texto explicativo do gráfico de pizza de 2019⁴.

Grande parte dos juros inclusive tem sido de fato paga devido à emissão de novos títulos, o que é inconstitucional! Essa nova dívida emitida é sim uma receita que deve ser considerada, pois poderia ser destinada para investimentos de interesse da sociedade que vai pagar a conta, mas não é isso que quem nos ataca defende...

Os que nos atacam caem direitinho na armadilha do FMI que divide o orçamento em duas partes: a primária e a financeira, e ficam achando que, pelo fato do país estar com déficit primário, a dívida só está sendo paga com novos empréstimos. Esquecem que todos os anos o governo tem centenas de bilhões de fontes não-primárias, tais como juros e amortizações de devedores da União (estados, municípios, BNDES), lucros do BC e remuneração da Conta Única⁵. Aliás, o estoque da Conta Única está acima de R\$ 1

² Para conhecer mais sobre o esquema da “Securitização”, ver <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/folheto-consignado-de-recursos-publicos/>

³ <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/rrepresentacao-tcu-contra-swap/>

⁴ <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Orc%CC%A7amento-2019-versao-final.pdf>

⁵ <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/fontes-de-recursos-utilizadas-no-pagamento-de-amortizacoes-da-divida-publica-federal-em-2020/>

TRILHÃO, e é exatamente por isso que o governo vai lá e pega o que quiser para pagar dívida, inclusive receitas primárias de anos anteriores.

Os que nos atacam chegam a confessar medo de uma auditoria!!!! O que teriam para esconder? Quem estão defendendo? Alegam que depois de uma auditoria, os bancos aumentariam os juros exigidos para o governo se financiar (para pagar mais juros), ou seja, na visão neoliberal deles, quem define a taxa de juros são os bancos, e não o governo. E acham que os bancos é que decidem para quem emprestar, e a que taxa.

Dizem que a fatia do orçamento destinada à dívida estaria reduzindo nos governos de Temer e Bolsonaro, e que isso seria uma contradição da ACD. Porém, em primeiro lugar, tais valores sempre giram em torno dos 40%, e existem sim anos em que os governos do PT destinaram uma fatia menor para a dívida do que Temer⁶. Tais oscilações (pequenas em relação ao total de gastos com a dívida) dependem de condições como taxa de juros, que oscilam de acordo com a conjuntura, já que o centro da política econômica (Regime de Metas de Inflação) é basicamente a mesma nos governos de FHC, PT, Temer e Bolsonaro.

Os que nos atacam ficam furiosos com o sucesso da auditoria oficial feita no Equador, que contou com a participação ativa de nossa coordenadora nacional Maria Lucia Fattorelli e outras pessoas. Dizem que aquele grande ato soberano do Equador teria anulado apenas uma pequena parte da dívida, porém, na verdade, chegou a anular 70% da dívida externa em títulos junto a bancos privados internacionais, que era a parte mais onerosa da dívida e a mais fraudulenta, inclusive com renúncia de prescrição. O alívio modificou totalmente as condições sociais e capacidade de investimento do país durante anos! Além disso, é preciso ressaltar que o tipo da dívida anulada (dívida em títulos com investidores estrangeiros do mercado financeiro) é idêntica à dívida externa brasileira que foi transformada em interna no Brasil.

A atitude soberana do Equador representou importantíssimo exemplo que derruba todos os argumentos neoliberais de que “anular uma dívida geraria uma grande crise”. O resultado foi exatamente o contrário!⁷

Seguiremos defendendo a auditoria oficial da dívida, como previsto na Constituição, e realizando os trabalhos da ACD. Venham participar! Acessem nossas mídias, em www.auditoriacidada.org.br .

⁶ <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/graficos-de-pizza-do-orcamento-geral-da-uniao-executado-2011-2018/>

⁷ <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Maria-Lucia-Fattorelli-a-brasileira-que-audita-a-economia-grega-para-o-Syriza/7/33158>